

## Entrevista

Renato Janine Ribeiro  
Entrevista concedida a Priscila Rufinoni  
Transcrição de Caetana Rezende

*Temporal: Na entrevista de julho de 2013<sup>1</sup>, o então coordenador geral do SciELO – Scientific Electronic Library Online, professor Rogério Meneghini, trouxe à baila o famoso caso do físico Alan Sokal, de 1996. Para lembrar, o físico enviou um artigo à revista Social Text que, depois de aceito, foi revelado pelo autor como sendo uma impostura. Na citada entrevista, o caso foi tomado como forma de mostrar a fragilidade objetiva dos critérios na área de ciências humanas. Como o senhor interpretaria esse problema – o da legitimidade na nossa área – diante de padrões que geralmente parecem ser pensados para outras formas de ciência?*

A observação de Rogério Meneghini, pessoa que tem uma dedicação forte à área de avaliação, mas que, infelizmente, não pertence à área de humanas e desconhece nossas especificidades, a observação, portanto, sobre Alan Sokal é muito interessante, porque foi um episódio que marcou época.

Alan Sokal escreveu um artigo e o submeteu à revista *Social Text* e o artigo era cheio de absurdos como dizer que não existe realidade objetiva etc. Coisas que são muito do agrado de certos pós-modernos. E, por isso, o artigo que tinha muitos defeitos, segundo o próprio autor um tanto

gozador, foi aceito para publicação. Ele denunciou o caso.

Agora, na verdade, esse caso é muito isolado. Não é representativo do que se faz nas ciências humanas. E, além do mais, ele recebeu grande divulgação a partir da revista *Língua Franca*, uma revista norte-americana que cobria, justamente, a vida acadêmica de um ponto de vista, talvez eu possa dizer que incluía o pós-moderno, mas que foi bastante correta, bastante honesta na exposição da questão toda. E, a partir disso, Alan Sokal começou uma certa carreira de denúncia dos erros que ele via nas humanas. Mas nada do que ele disse se comparava a seu primeiro e engraçado texto e a um episódio muito interessante narrado na revista *The New Yorker*, de 11 de novembro de 1996, em que Sokal foi a um debate sobre suas obras, nessa altura já mais do que uma, na *New Yorker University*, e Sokal, especialmente, se incomodou com um comentário de alguém que não via incompatibilidade entre a informação de que os nativos das Américas chegaram ao norte do nosso continente atravessando o Estreito de Bering há mais de dez mil anos atrás e a tese dos índios, que acreditavam que seus ancestrais nasceram plenamente formados de um mundo espiritual subterrâneo. Sokal disse que eram incompatíveis e perguntou qual era a verdade. E a audiência não foi muito favorável a ele. E, no fim, ele perguntou o seguinte para as pessoas: entre duas teses, a tese de que o mundo é um, tal como definido pela ciência etc., e a tese de que o mundo assenta sobre quatro tartarugas, qual é verdadeira? E aí alguém respondeu: eu acho que não estão falando da mesma coisa.

Eu penso que essa resposta é notável. Não se está tratando da mesma coisa quando se fala de uma mitologia e quando se fala da ciência. O objetivo da ciência é explicar o

<sup>1</sup> <http://blog.scielo.org/blog/2013/07/15/entrevista-rogerio-meneghini/#.Wm8M4JM-fR1>

advento, entre outros casos específicos, o advento de uma população. O objetivo da mitologia é sustentar todo um mundo de ações, percepções do mundo.

De um lado nós temos o que eu chamaria um projeto de conhecimento, que é a esfera da ciência, de outro lado a sustentação para uma ação, que é o papel da mitologia, e de todas as narrativas que sustentam ações. O caso de Sokal não pode ser superestimado. Não é representativo da produção de ciências humanas e há uma grande ingenuidade no que ele faz. Porque ele tem, afinal de contas, um realismo ingênuo. Em termos de nossa área, nós diremos que, se, por um lado, Sokal teve mérito em denunciar um idealismo extremado de certos pós-modernos que chegam a afirmar que não existe realidade objetiva, mas só representações da mesma, por outro lado ele padeceu de um realismo ingênuo, que também não tem sustentação filosófica. Quer dizer que desproblematiza todas as questões que a teoria do conhecimento ao longo de milhares de anos tratou.

O exemplo é muito lateral, muito pouco relevante para essa discussão. Ainda mais para sustentar que os critérios de publicação das humanas seriam frágeis, porque não é, absolutamente, verdade.

Para tratar disso, preciso falar do *Qualis* periódicos e do fracassado *Qualis* de livros. O *Qualis* de periódicos foi criado nos anos 90 pela Capes com o objetivo de fazer uma avaliação, digamos, correta da publicação em periódicos. E a publicação em periódicos é o pilar fundamental, quase único, da produção das ciências não humanas. Em certas ciências não humanas a publicação que não seja em periódicos é irrelevante. Livros nas ciências biológicas são pouco importantes. Na medicina, eles são mais manuais do que resultado de pesquisa científica. Um bom manual de medicina terá a pesquisa de ponta exposta

nele, mas não é o veículo onde a pesquisa de ponta primeiro se expressa. Já é uma pesquisa de ponta, sei lá, de dois, três anos. Onde ela vai surgir mesmo é no periódico. E, para fazer essa avaliação, há um fator que é, se não me engano, estabelecido por uma empresa, por uma editora, *Thompson*, que é o fator de impacto.

Muito grosseiramente falando, o fator de impacto procura ver quantas citações de artigos aparecem em outros periódicos de qualidade. Ou seja, toma-se um universo, digamos, de x periódicos, um número grande de quinhentos, cem ou mil, de qualidade de uma determinada área, e você vê quantas citações cada um desses periódicos recebeu no conjunto das outras publicações num determinado ano. Tomamos, então, 2015, e vimos que a *Lancet* (*The Lancet*), por exemplo, uma grande revista de medicina, ou a *Science* ou a *Nature*, grandes revistas, receberam, vamos dizer, duas mil citações, não importando qual o artigo delas, não importando qual o ano delas, mas que no ano de 2015 elas foram citadas duas mil vezes. Você divide esse número de dois mil pelo número de artigos publicados na determinada revista, no mesmo ano de 2015, mesmo que os artigos citados sejam anteriores, e, por essa divisão, tem-se o fator de impacto.

Então, o fator de impacto pode, em uma revista assim, ser vinte, trinta. Em muitas áreas o fator de impacto bom pode ser um, pode ser um pouco mais do que um, pode ser menos do que um. Depende muito da área. Matemática, por exemplo, tem muito pouca citação. O fator de impacto é baixo e não deixa de ser, por isso, uma ciência muito muito respeitada, de alta qualidade.

Como nas áreas de humanas as revistas não têm tanta importância, para criar o equivalente a um fator de impacto, a Capes, na década de 1990, criou o *Qualis*. Isso significa que a comissão da própria área



estabelecia critérios para dizer o que estava nos níveis mais altos e a Capes lidava com três famílias: publicação internacional, publicação nacional e publicação local e, dentro de cada uma delas, o topo era A, depois tinha a B, depois C. Na prática, a local nunca teve qualquer importância. E as áreas faziam o que queriam. Por exemplo, ciência biológicas II punha 100% de seus periódicos aprovados em internacional A. Outras áreas, por exemplo algumas áreas de humanas, identificavam internacional A e nacional A, que valiam a mesma coisa. Havia áreas em que o internacional A e B vinham antes do nacional A. Cada área fazia o que queria e povoava cada estrato desses nove como quisesse. A minha equipe, nos anos de 2007, 2006, 2008, fez uma grande modificação nisso para que a coisa fosse mais transparente. Criou dois níveis superiores: A1 e A2, cinco níveis abaixo: B1 até B5, e um nível: desqualificado, que era C. E, decidiu-se no Conselho Técnico Científico da Capes – tudo isso foi discutido amplamente, votado etc. –, que cada área deveria distribuir pelo menos, acho que por três estratos, significativamente, a sua produção. Não vou entrar em mais detalhes, mas o objetivo era evitar essa concentração excessiva. E recomendou-se também que não se hiperpovoasse o A1 e o A2. Que as áreas fossem exigentes, cobrassem muito etc. Isso mudou muito, tornou mais passível de comparação o sistema de uma área para outra, que antes era um mistério. Que significa nacional A? Que significa internacional B? Às vezes valia nada, às vezes valia muito.

Mas é fundamental dizer que a produção de humanas é, basicamente em livros. Isso tem poucas exceções, basicamente no mundo anglo-saxônico em que a tradição das outras ciências que não as humanas impôs-se às próprias humanas. Então, há periódicos relevantes em inglês dessas áreas, mas seja em francês, em português,

em espanhol, em italiano, em alemão a publicação em livros continua sendo extremamente relevante.

Por isso, para a avaliação das humanas na Capes, o importante são os livros e não os periódicos. Senão, você faz a avaliação ser errada. Só aceitei ser diretor de avaliação depois que o presidente da agência, Jorge Guimarães, me garantiu que apoiaria tanto uma avaliação de livros a serem considerados como obras relevantes, quanto uma eliminação da ideia de que o tempo máximo, dois anos para mestrado, quatro anos para doutorado, ia ser uma regra implacável. Nas humanas, muitas vezes, as pessoas vão fazer o mestrado, o doutorado com mais idade e, por terem outros afazeres, demoram mais tempo. Com esse acordo nesses dois pontos, eu me empenhei em, com minha equipe, criar um *Qualis* de livros. Que é necessário expor para mostrar que a questão do periódico não pode ser a questão única, nem mesmo a questão principal numa avaliação de filosofia.

O *Qualis* de livros, tal como foi concebido ao fim e ao cabo, era o seguinte. Primeiro ponto que é importante dizer, a Capes não avalia todos os livros, todas as revistas publicadas no Brasil em termos de filosofia, ou sociologia, ou o que seja. Só avalia o que está ligado à pós-graduação. Eu lembro que, quando eu era diretor, o meu amigo Luiz Paulo Rouanet publicou uma crítica à Capes, dizendo que a Capes jamais tinha avaliado as obras do embaixador Sérgio Paulo Rouanet, filósofo distinto, meu amigo também, e que essa era uma falha da Capes. Acontece que o Sérgio foi professor de pós-graduação sim, mas em curtos espaços de tempo, e só teria sentido avaliar a obra dele, como de outros filósofos fora da academia, alguns deles brilhantes, caso estivessem na pós-graduação, pois, repito, a Capes avalia a pós-graduação e não as publicações em

geral. Porém, a grande maioria das publicações de ciências humanas, ciências exatas, biológicas, matemática, filosofia, artes – talvez com um pouco de exceção nas artes, na literatura criativa – a grande maioria dessas publicações está em programas de pós-graduação. Então, o primeiro ponto era o seguinte, os programas enviariam à Capes, fisicamente, todos os livros e capítulos de livros publicados no ano que estava sendo avaliado. A Capes não receberia isso em Brasília. Ela designaria, pelo seu Conselho Técnico Científico, uma biblioteca na qual seriam catalogados e tombados todos os livros enviados por determinada área. Assim, por exemplo, a psicologia escolheu a biblioteca da USP.

Isso trazia um resultado extraordinário: saberíamos quais bibliotecas do Brasil têm praticamente toda a produção da pós-graduação brasileira reunida. O que significa, como eu disse, em muitos casos, toda a produção da área que não seja em periódicos. E se tornaria uma biblioteca de referência. Essa biblioteca se comprometia a catalogá-los devidamente e auxiliar a comissão de avaliação, que se reuniria, precisando ter o livro fisicamente presente, para fazer uma primeira avaliação. Essa foi uma proposta do conselheiro Oswaldo Yamamoto, da área de psicologia. Com o livro fisicamente em mãos, a comissão de avaliação fazia uma primeira triagem, vendo quais livros realmente se destacam, quais livros são de pouca relevância por serem meras paráfrases, por serem de qualidade baixa, por serem de divulgação etc. que não mereceriam, então, entrar num *Qualis* de qualidade de pesquisa, como pesquisa inovadora. Isso, em qualquer área é algo que se faz, relativamente, rápido. Não exige grande demanda, mas seria uma decisão coletiva dessa comissão. Já os livros

que fossem considerados os melhores seriam enviados a pareceristas. Eu creio que a mais do que um parecerista cada livro. O livro seria enviado fisicamente para a pessoa dar parecer. No caso de pareceres discordantes ou discrepantes, um terceiro parecerista seria também envolvido. E aí, nós teríamos, então, uma avaliação dos livros que seria equivalente a A1, A2, não lembro quais seriam os números, se seriam esses.

Infelizmente, com minha saída da Capes em 2008 e a dissolução da minha equipe, uma vez que o estatístico Ricardo Lourenço deixou a Capes para voltar ao Banco Central e que a professora Maria Auxiliadora Nicolato decidiu nessa ocasião deixar a Diretoria de Avaliação, esse trabalho não teve muita continuidade. Algumas áreas adotaram algum tipo de classificação de livros. Mas isso ficou manco e esse é um grande problema, porque os livros continuam sendo fundamentais para nós e não se pode entender um livro, todos os livros, como iguais entre si. O mérito do *Qualis* de periódicos é que ele parte da ideia de que as revistas são diferentes entre si e isso é decisivo.

Então, acredito que não podemos discutir a avaliação de periódicos sem levar em conta que, para nós de humanas, os livros são muito importantes e que esse é um ponto que é muito difícil de nossos colegas de outras ciências entenderem. Por isso, as críticas feitas no sentido que nossos critérios de avaliação seriam precários se baseiam num único episódio, o episódio do Sokal, que além do mais desconhece a importância do livro na nossa área.



*Temporal: Ainda nessa questão formal, desde os fins do século XIX<sup>2</sup>, as comunidades científicas têm aperfeiçoado a seleção do que é importante e relevante a partir do consenso e do dissenso controlado, notadamente pelo trabalho dos pareceristas anônimos. Como o senhor vê essa comunidade que se autorregula pelos seus próprios membros, no caso das ciências humanas e da filosofia? Quais as nossas especificidades? Quais os problemas, principalmente no Brasil?*

A questão dos pareceristas deve, idealmente, se constituir como um duplo cego. Ou seja, devemos ter o parecerista anônimo - que não é conhecido do autor - mas também o parecerista não deve saber quem é o autor. Então, o parecerista é anônimo para o autor e o autor, no momento de submissão do seu *paper*, é anônimo para o parecerista. Isso é importante. Mas há um grande problema aí. Toda vez que se consolida um pesquisador, ele tem uma certa dificuldade de aceitar o que é novo e diferente. Esse é um problema significativo em todas as áreas do conhecimento. O professor Jacob Palis, que é uma das grandes referências da matemática no Brasil, ex-presidente do Instituto de Matemática Pura e Aplicado do Rio, ex-presidente da Academia Brasileira de Ciências, conta que certa vez deu um parecer negativo sobre um artigo a ele submetido e depois - o editor publicou assim mesmo, não levou em conta o parecer do Jacob -, o artigo acabou sendo um dos textos de referência da teoria do caos. E o Jacob, muito honestamente, conta essa história.

Há um risco no parecer que é o de se perpetuar a mesma visão da área de conhecimento. No caso da filosofia e, justamente, porque nós temos disputas sérias de teorias, esse é um grande problema que aparece nas revistas em geral.

Some-se que as ciências por um lado procuram lidar com o último conhecimento *online*, por assim dizer. Existe uma certa ideia de verdade nas ciências que é mais forte do que na filosofia. Então, à medida que a antropologia, a física, a sociologia, a química avançam, elas vão consagrando certas verdades e a disputa se dá na pesquisa de ponta. No caso da filosofia, nós relativizamos muito a ideia de verdade, a maior parte de nós. Dispomos de pelos menos uns trinta grandes filósofos ao longo da história, cujas teorias são muito bem sustentadas dentro de si, e não temos um metro externo às teorias para dizer quais são certas, quais são erradas. E mesmo quem discorda de uma grande teoria há de reconhecer a qualidade da construção teórica dela e, possivelmente, o espaço de validade dela. Então, no caso da filosofia, podemos ter muitas teorias antagônicas convivendo, não digo de forma pacífica, mas convivendo, coexistindo. O que nas ciências não é o objetivo. Nas ciências essa disputa se dá como se fosse nas fronteiras. Para nós, se dá em todo o território. Então, se tivermos um corpo de pareceristas muito intransigente, muito dogmático na defesa de suas ideias, uma revista pode acabar apenas expressando o ponto de vista desse grupo de pareceristas e não uma posição mais abrangente, mais aberta a discussões.

Note que algumas das grandes revistas mundiais, eu penso numa revista de história, a *Past & Present*, que é uma revista inglesa muito boa, têm com frequência um espaço de debate. Sai um artigo, algum historiador de qualidade manda uma objeção, algumas objeções se juntam e, depois, recebem uma resposta do autor. Esse é um ponto muito rico e creio que

<sup>2</sup> <http://blog.scielo.org/blog/2017/01/10/aumenta-a-adocao-de-avaliacao-por-pares-aberta/#.Wm8jv5M-fR0>

nossas revistas ganhariam muito se tivéssemos isso.

*Temporal: As grandes revistas históricas da nossa área, tais como a revista do Instituto de Pesquisa Social, Les Temps Modernes, ou mesmo, para abrir o leque, a revista Erkenntnis, todas elas possuíam uma clara posição no espectro da filosofia. Eram revistas, por assim dizer, comprometidas com um determinado pensamento, posicionadas no tecido complexo da comunidade. Claro, mal comparando, mas atualmente, pelo menos na nossa pós-graduação, excetuando-se as revistas temáticas geralmente dedicadas a um período ou a um autor, o que vemos são periódicos mais generalistas, que funcionam como uma espécie de portal neutro intermediário entre pareceristas e autores. Ou seja, a revista não tem exatamente uma posição, ela procura avaliadores conforme a orientação metodológica do autor. Se estamos corretos nesse diagnóstico geral, qual seria ainda o papel de uma revista, e de seu corpo editorial, ou dos editores?*

Das revistas que você menciona eu conheço melhor *Les Temps modernes*. Eu não sei qual era a política de publicação de *Les Temps modernes*, pelo menos no início, no seu período mais glorioso, no período em que Sartre, Merleau-Ponty, Albert Camus, Beauvoir escreviam nela, mas não me parece que fosse essa pesquisa, essa visão já mais burocratizada, para o bem e para o mal, que temos hoje no sistema de pareceristas. Eram revistas que eram espaços de combate, espaços de atuação. *Les Temps modernes* tinha uma atuação na filosofia, nas ciências humanas, na política, na literatura, em tudo o que poderíamos chamar humanidades em um sentido mais abrangente. Agora, de fato era uma revista que tinha uma posição clara. Nos primeiros números, você lê que os colaboracionistas, aqueles que ajudaram o nazismo, não teriam suas publicações aceitas na revista. O que era claramente um repúdio aos que traíram a França em favor do nazismo.

Agora, se nossas revistas têm um problema. Com o *Qualis*, passamos a ter que, para haver algumas revistas como A1, A2 ou mesmo B1, precisa haver um certo número de revistas que estejam nos níveis mais baixos B... B3, B4 até B5. Quer dizer, há várias revistas que funcionam quase como boi de piranha para os outros passarem. A expressão é dura, mas é um problema grande que comecei a constatar quando era diretor da Capes e que tem a ver com a facilidade de edição que nós temos hoje. Hoje, com um *pendrive*, você, e mais dois, três mil reais, publica um livro, publica uma revista; e *online* pode sair bem barato. E foi justamente no período em que eu era diretor da Capes que a Capes incentivou o *online* porque ele se difunde mais e, além disso, é mais barato. Mas isso leva a uma proliferação de publicações muito grande, que faz que muitas acabem não tendo relevância ou, traduzindo em termos utilitários para quem nelas publica, não tendo *Qualis*.

Isso é particularmente sério no caso de revistas publicadas por um departamento, por um programa, por uma universidade. Essas revistas, geralmente, acabam ficando no fim da fila. E, vamos ser francos, é do interesse das melhores revistas que haja as revistas ditas, entre aspas, “mais fracas”, ou mais mal avaliadas, porque é justamente isso que permite às primeiras dizerem que são as melhores de cem e não as melhores de cinco, por exemplo. O que eu sugeri, que eu acho que continua sendo importante, era o seguinte: evitar a revista de um só programa, exceto em caso em que ela consiga ter uma consolidação muito forte. Eu penso na área de antropologia na revista *Mana*, do Museu Nacional, revista extremamente respeitada. Há anos que eu não acompanho muito as publicações, então, posso estar sendo injusto com outras, mas dou apenas a título de exemplo.

Agora, o interessante seriam revistas que cobrem um determinado período,



determinado assunto. Por exemplo, século XVIII. Século XVIII é o único século em relação ao qual as pessoas tomam, na área de humanas, uma posição a favor. A Sociedade Internacional de Estudos do Século XVIII, da qual sou membro, que realiza congressos, se não me engano, quadrienais, não é uma sociedade apenas que descreve o século XVIII. É uma sociedade de gente que apoia o Iluminismo, que acha o Iluminismo e, eventualmente, seus dissidentes como Rousseau bons, importantes, decisivos. Então, por que não termos uma revista especificamente de século XVIII, cobrindo a filosofia basicamente? Por que não termos revistas de racionalismo, revistas de empirismo, revistas de filosofia antiga? Provavelmente uma revista assim vai ser mais rica do que uma revista do departamento tal, que corre o risco de não ter muito perfil.

A revista temática, que seria outra possibilidade, corre o problema de que muitas vezes o elo entre os assuntos é fraco e de que, de um número para outro, você não tenha continuidade. Penso que o ideal seria que você tivesse esquemas de *pool*, vários programas que se reúnem para fazer uma revista de uma determinada época ou uma revista de um assunto. Por exemplo, uma *Revista Brasileira de Filosofia Política*, a revista tal de estética etc. Ganharíamos com isso. Também deveria ficar claro para todos que não podemos ter tantas revistas, porque muitas publicações em revistas acabam sendo pouco relevantes e com isso as revistas ficam pouco relevantes. Esse é um problema para o qual proponho essa mudança. Aliás, proponho há dez anos. Mas, de qualquer forma, penso que reduziria um pouco o problema, embora sem acabar com ele.

*Temporal: Nos últimos anos vem crescendo a ideia de preprint<sup>3</sup>, ou, seja, a pré divulgação do manuscrito original antes da avaliação por pares. E mesmo a ideia a de se tornar público todo o trabalho de bastidor, expondo os pareceres anteriores ao texto publicado, incluindo a identidade dos pareceristas. Como o senhor vê essas possibilidades em nossa área?*

Expor a identidade dos pareceristas me parece errado. Porque isso vai inibir os pareceristas. Há gente que tem a disposição de dizer: eu dei um parecer negativo sobre tal ou qual autor e dizer para a própria pessoa. Mas, de modo geral, o que se vai conseguir com isso é uma grande ação entre amigos, inclusive devido a um perfil da sociedade brasileira, que é um perfil convivial, cordial, como dizia Sérgio Buarque de Holanda. Penso que o duplo cego, ou seja, não só o autor não sabe quem é o parecerista, mas também o parecerista não sabe quem é o autor, é melhor. Eventualmente, em caso de dúvida, prevê-se um segundo parecerista para discutir eventuais excessos, erros, exageros do primeiro.

Quanto à questão de expor todas as etapas do trabalho sobre forma de *preprint*, é claro que o *preprint* também deve significar um *noprint*. As primeiras versões do *preprint* eram muito boas. Eram impressas. Eram textos para discussão. Eu penso que o que podíamos ter era um texto para discussão, disponibilizado *online*, com senha ou sem senha, ou seja, para um grupo determinado, ou universalmente, discutir, aprimorar, até que o autor, com todas essas contribuições, batesse o martelo e editasse o texto. Essa ideia é boa. Em certas universidades estrangeiras me consta que, quando alguém entrega sua tese ou sua dissertação de mestrado, o trabalho fica à disposição dos colegas – inicialmente

<sup>3</sup>[http://agencia.fapesp.br/scielo\\_anuncia\\_adocao\\_de\\_ipreprint\\_i\\_em\\_2018/26896/](http://agencia.fapesp.br/scielo_anuncia_adocao_de_ipreprint_i_em_2018/26896/)

ficava em papel, hoje deve ser *online* – e os colegas podiam comentar, discutir, e o texto era dado por aprovado se ao fim de um certo período, dois, três meses, não tivesse grandes, terríveis objeções. Ou seja, a própria tese podia passar por um esquema mais ou menos de *preprint*. São questões que devemos discutir e que podem ser interessantes.

*Temporal: Em 2005, o bibliotecário e professor norte-americano Jeffrey Beall chamou o SciELO de “favela virtual”<sup>4</sup>, defendendo claramente que os periódicos devem ser profissionais e fechados, ou seja, ser produzidos por grandes casas publicadoras que respondam por eles. Sem entrar na longa polêmica que se seguiu ao texto, como o senhor vê essa questão entre, por um lado, o livre acesso (e o possível “lixo virtual”) e, por outro, a gerência das grandes casas publicadoras internacionais?*

A questão do lixo virtual. As grandes casas publicadoras internacionais arrecadam muito dinheiro com as publicações. Não é à toa que temos o portal de periódicos da Capes, que é uma das iniciativas importantes. Na Capes temos um primeiro ponto essencial que é a base de tudo, que é a avaliação, que é baratíssima e traz resultados fantásticos, porque ela aprimora a qualidade dos programas. Temos todo o fomento em geral que basicamente vai dar dinheiro aos programas e aos seus participantes. E temos em terceiro ponto os periódicos que custam dinheiro, mais do que a avaliação, mas menos do que o fomento em geral, e têm um papel notável. E temos o portal da Capes, como temos alguns portais de universidades brasileiras, que pagam alguma coisa a mais, ou portais estrangeiros também. Eu lecionei na Universidade de Colúmbia e o portal de lá

era muito bom, incluindo, em 2003, livros que estavam no currículo dos cursos.

Pois bem, o portal custa dinheiro. Lembro que era uma disputa dura. Porque entrava em conta inclusive o número de *downloads* que tinham sido feitos. Quer dizer se, por exemplo, você decidir fazer cem *downloads* de artigos e arquivá-los e nunca lê-los, esses artigos estão sendo pagos. E, no ano seguinte, se notarem que mantendo o mesmo número de universidades, mesmo número de pesquisadores, aumentou dez ou vinte por cento a quantidade de *downloads*, as editoras vão querer cobrar esse valor a mais.

Se não me engano, se a memória não me falha, o fator de impacto é elaborado por uma editora, a *Thompson*, e, então, a avaliação da qualidade dos periódicos e por conseguinte a avaliação do pesquisador e do programa dele acabam dependendo um tanto de uma editora que vende acesso a periódicos internacionais. Acabam ficando duas coisas que não deveriam estar juntas. Essa fusão é delicada. O movimento de livre acesso é muito bom, mas o problema é que o livre acesso muitas vezes cobra do autor, de modo que alguém está pagando. Nesse caso, não existe almoço grátis. Então, se não paga o leitor, como é o caso com as grandes editoras, paga o autor e o pagamento – não sei o valor – pode ser talvez mais barato, talvez mais caro, mas ocorre com frequência para sustentar o empreendimento, porque custa dinheiro manter algo num portal e, antes disso mesmo, fazer as avaliações.

O problema que existe são as chamadas revistas piratas, como congressos piratas etc., que são de má qualidade e que aparecem no mundo todo, tendo uma presença grande e são constantemente

---

<sup>4</sup> Vale lembrar que, segundo dados de 24 de janeiro de 2018 divulgados pela Fapesp, o Brasil é atualmente o país com maior índice de produção em acesso livre, 74%, graças ao portal SciELO. Cf: [http://agencia.fapesp.br/brasil\\_e\\_o\\_pais\\_com\\_mais\\_publicacao\\_cientifica\\_em\\_acesso\\_aberto/27034/](http://agencia.fapesp.br/brasil_e_o_pais_com_mais_publicacao_cientifica_em_acesso_aberto/27034/)



denunciados. É interessante, em especial, o tipo de trabalho que Maurício Tuffani, responsável pelo portal *Direto da Ciência*, faz no sentido de combatê-las, denunciá-las etc.

Não concordo com o professor Jeffrey Beall. Não penso que devamos acabar com nosso sistema, que é um sistema de livre acesso. O Scielo representou grandes avanços para as revistas brasileiras. Ele é um selo de qualidade entre elas. Justamente o professor Meneghini, de quem discordei no início desta entrevista, é um dos grandes responsáveis por isso, pelo Scielo. E, apesar de eu não acompanhar faz tempo as atividades internas ao Scielo, penso que isso melhorou o país. É bom lembrar que tanto o Scielo como o Lattes são iniciativas brasileiras que contaminaram positivamente outros países. Há países latino americanos, assim como africanos, que usam ou o Scielo, o Scielo e /ou o Lattes nos seus sistemas. Então, é bom que o Brasil tenha contribuído para isso.

*Temporal: A questão da internacionalização, que aparece indiretamente no caso citado acima, atualmente é um ponto de muita discussão. Para nossa área, traduzir um paper para o inglês não é uma alternativa tão simples, pois o texto em si muitas vezes é a própria pesquisa. Como a filosofia pode lidar com essa demanda, sem cair naquela padronização do modelo paper facilmente traduzível, importado de outras áreas?*

Agora a questão da internacionalização. Essa questão é muito complexa. Parece simples, direta, a questão de traduzir, de publicar *papers* em inglês, mas ela envolve muitos problemas, muitas coisas. Descartes ensinou, com a análise, a desagregar o complexo no ou nos simples. Então, primeiro de tudo, *paper*. *Paper* não faz parte das tradições das humanas. Um *paper* geralmente é um texto muito objetivo. É um texto que tem que tratar de um ponto,

de uma questão específica e somente dela. Então, se você for tratar de um determinado problema num cromossoma ou numa questão matemática, que pode ser importantíssima, mas precisa, o *paper* é o procedimento adequado. Tanto assim que o título do *paper*, em princípio, é muito objetivo. Aproximando de algo um tanto diferente, mas que compartilha o mesmo espírito, as bancas de tese na Universidade de São Paulo, a banca pode decidir alterar o título da tese submetida pelo candidato. Isso pode acontecer, provavelmente com mais frequência, em áreas que têm uma relação com o objeto muito precisa. Por exemplo, a pessoa diz que estudou determinada questão no conjunto de mamíferos de grande porte do sul do Brasil, na verdade estudou apenas no Rio Grande do Sul. Você poderia pensar em história, alguém que disse que está tratando da história republicana e, na verdade, trata só de um período da República. Mas na maior parte das áreas de humanas essa questão soa esquisita, porque nossas teses muitas vezes têm títulos um pouco de fantasia – *A Nervura do Real*, da Marilena Chauí, livre docência, mesmo meu doutorado, *Ao Leitor sem Medo*, sobre Hobbes – e mudar isso soaria muito estranho. Mas é que o espírito do *paper* é muito objetivo, muito direto, e nossa produção tradicional eram ensaios, artigos que se aproximavam mais dos ensaios. Nosso tipo de produção ou de criação não entra muito no perfil do *paper*. Por exemplo, a *Carta sobre o Humanismo* de Heidegger jamais poderia ser um *paper*. Ela é um ensaio. Agora, é claro que pode haver *papers* discutindo, por exemplo, a concepção heideggeriana e sartriana do humanismo. Discutir por exemplo a *Carta sobre o Humanismo*, destinada por Heidegger a Jean Beaufret, e sua possível relação com *O existencialismo é um humanismo*, de Sartre. Mas mesmo esses trabalhos de que estou falando transbordariam um *paper* e seriam praticamente livros.

A questão do *paper* já começa com a relativa não pertinência desse tipo de trabalho numa área como a filosofia, que é ou deveria ser extremamente criativa, uma área que não tem um objeto tão empírico como a maior parte das ciências humanas, que, não por acaso, muitos aproximam da arte e da literatura mais do que das ciências humanas. Vejo o risco de que o *paper* sacrifique a criatividade filosófica a uma objetividade que é mais de outras ciências. Esse é o primeiro problema.

O segundo problema é a questão da internacionalização, que na verdade é um problema gigantesco. O Brasil adotou como um princípio importante da pesquisa científica, e isso é seguido pela Capes, CNPq, pelas fundações de amparo à pesquisa, a principal delas sendo a Fapesp, adotou a meta da internacionalização por considerar, primeiro, que a ciência não está nas fronteiras de um país, deve ser distribuída internacionalmente na sua publicação e que, antes disso, na sua produção, na sua criação, ela também deve ser uma obra universal. Isso em algumas áreas teve grande resultado. O próprio portal de periódicos da Capes que eu já mencionei militou muito para isso. Porém, o grande problema é que não vi no Brasil até hoje, nas mais diversas áreas, uma definição clara do que o Brasil quer com a internacionalização. Como eu conheço melhor as humanas, eu posso dizer que nas humanas não existe uma definição disto, ao passo que nas outras ciências eu tenho apenas a impressão de que talvez não exista. Internacionalmente, você não sabe o que o Brasil fez de tão relevante numa ciência ou noutra, a ponto de algum centro nosso ser um centro de forte referência internacional, que é a meta da internacionalização.

Por exemplo, há mais de meio século, César Lattes, o grande físico cujo nome é homenageado na plataforma Lattes, descobriu o *méson pi*. Isto é uma referência

importante. Provavelmente ele foi nosso cientista de maior destaque internacional. Agora, o que temos hoje? Mesmo em instituições muito respeitadas, como o Inpa, que eu já citei, da matemática, no Rio de Janeiro, que traz muitos pesquisadores de fora, você não tem uma marca registrada segundo a qual o Inpa seria o grande instituto de pesquisa de um determinado ponto chave da matemática. Nós temos cientistas extraordinários, que lideram grupos de excelente qualidade. Mas o Brasil não conseguiu dizer: vamos arrebentar a boca do balão em tal ou qual coisa. Isso na internacionalização é complicado, porque traz o risco de virar mais uma relação dependente do que independente. Ao invés de conseguir forças novas para desenvolver a qualidade da pesquisa, muitas vezes a gente acaba simplesmente tendo uma cooperação subordinada com o resto do mundo, o que o sociólogo Samir Amin chamava, há quarenta ou mais anos, de troca desigual.

Assim, na internacionalização em humanas, não vejo um grupo que diz: estamos interessados, por exemplo, em pesquisar – vamos pegar um assunto muito importante das ciências sociais –, a relação entre desigualdade e violência, a ponto de sermos o centro internacional de referência sobre esse duplo tema, e para isso vamos chamar todos os melhores do mundo que lidam com isso. Queremos ser os melhores. Nós temos grupos muito bons lidando com esse tema e com outros, mas não são os melhores do mundo. Em outros casos, muito frequentes, ter um parceiro internacional se torna um fator diferencial para obter projeção, recursos, financiamento, mas muitas vezes a parceria internacional é da ordem da franquias, do *franchising*. Ou seja, você se torna um franqueado do pensador tal, pensador de projeção, poderia ser o Bauman, poderia ser algum outro filósofo ou cientista social importante, e você o representa aqui, traduz os livros dele, convida-o para dar conferências e, em



troca, vai, eventualmente, participar de uma mesa redonda em homenagem a ele ou organizada pelo grupo dele. É uma troca muito desigual. E como é feita pessoa a pessoa, como você não tem um grupo que diz: nós queremos estudar desigualdade e violência e, em função disso, montamos todo um projetão e vamos conseguir fazer um trabalho sensacional teórico de grande impacto. Como não temos isso, nossa internacionalização se torna precária. Esse é um problema muito grande. Se não resolvermos isso, publicar artigos em língua estrangeira vai continuar sendo a tarefa de um ou de outro.

Eu procurei, quando estava na Capes, ver se nós fazíamos algo assim como um *Brazilian Journal of Political Philosophy*, uma revista brasileira de filosofia política, falei com amigos, mas acabou não dando certo. Nossa ideia era pegar o *top* do que sai em revistas e fazer essa revista. O Bernardo Sorj, do Rio de Janeiro, montou edições da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, reunindo os artigos *top* do ano, em inglês. Mas isso não teve continuidade. E penso que o problema da falta de continuidade é que não basta disponibilizar nossos artigos em inglês. É preciso também fazer que nossa pesquisa seja de tal forma articulada que isso faça sentido. E na filosofia, como tendemos mais a discutir os autores do que as questões, fica complicado. Nós vamos fazer um centro de excelência sobre Hegel, por exemplo, sobre Hobbes? Não sei se faz muito sentido isso. Ou vamos tentar um centro de excelência sobre, digamos, soberania, ou sobre realidade virtual... inteligência artificial do ponto de vista filosófico? Teria que ser uma coisa desse gênero e, em função disso, trazer pessoas. Mas isso implica entrar na discussão filosófica e não apenas de história da filosofia, o que fazem França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos. Cada um do seu jeito discute filosofia. Teríamos que ter

um farol mais alto para saber o que são metas. Não vamos resolver isso apenas tendo uma edição em inglês, por exemplo, um *Brazilian Journal of Philosophy* que pegasse o melhor dos artigos de filosofia que saíram em um ano em todas as revistas do Brasil.

E, finalmente, terceiro ponto nessa pergunta, é a língua inglesa. Não há como fugir da língua inglesa se você quer divulgar-se. Agora, uma coisa é publicar um *paper* de física, química, o que seja, em inglês. Nessas línguas, o inglês de que precisa uma pessoa para publicar um *paper* é um inglês básico. Com um vocabulário com menos de mil palavras, faz um artigo desses. Deixo claro, não é uma crítica aos autores desses artigos, que falam inglês fluente. Mas não há construções sintáticas complicadas, não há conceitos que têm de ser elaborados com a palavra. São dados ou teorias curtos. Há artigos seminais nessas áreas que são muito curtos. E, nas áreas de humanas, nós temos um defeito, somos um tanto prolixos, mais do que deveríamos ser. Mas nosso português é mais complexo, com mais figuras, com mais orações subordinadas. Traduzir isso para outra língua é difícil. Um tradutor profissional pago pode fazer isso, mesmo assim o autor tem que revisar, e às vezes não vai sair bom.

Para concluir aqui, existe um movimento forte que entende que a internacionalização depende de termos alunos estrangeiros não apenas em cursos que tratam do Brasil. Quer dizer, não apenas em cursos de história do Brasil, literatura do Brasil, geografia do Brasil, mas, por exemplo, como aconteceu com o Newton da Costa, grande lógico, professor na USP, os franceses, os anglo-saxões que vinham assistir seus cursos e, às vezes, aprendiam inclusive português para acompanhar o trabalho de um dos maiores lógicos do mundo no século XX, que é ele. Isso nós

teríamos que ter em outras áreas. Porém, para funcionar temos que dar aula em inglês. E isso significa que teríamos que dar aula em inglês para uma classe que terá uma minoria de alunos estrangeiros e uma maioria de alunos brasileiros. Para nossa cultura, um brasileiro dar aula em inglês para brasileiros é esquisito. Isso pode acontecer em outros países, sobretudo em países da Ásia, que se empenharam em criar universidades novas a partir do nada, praticamente, muitas vezes isolando-as de sua tradição cultural. No Brasil é mais difícil. Enfim, talvez depois de algumas experiências a gente aceite isso.

Mas não sei se isso vai funcionar porque a questão básica é o que que nós queremos ser. Quer dizer, em que as pessoas de filosofia gostariam que o Brasil fosse referência? Precisamos ter alguns pontos em que sejamos os melhores do mundo. Essa é a questão básica para pensar qualquer internacionalização.

*Temporal: Por fim, saindo um pouco do âmbito mais técnico das publicações, atualmente é comum se colocar em questão a legitimidade de um texto ou periódico, tendo em vista serem eles um valor de quantificação – pontos no currículo lattes, pontos para a carreira, para bolsas, Qualis etc. Daí, por exemplo, a crítica crescente a um expediente comum à história da filosofia, atualmente chamado de autoplágio. Como o senhor vê essa transformação da produção cultural em valor de troca?*

A última questão, eu já comentei que uma parte dos periódicos funciona como boi de piranha para que outros emplaquem. Quer dizer, vai precisar haver muita revista *Qualis* B4, B5, que serão desprezadas no cômputo final, para que algumas possam ser B1, B2 ou mesmo A1, A2. E esse é um ponto que não tem como continuar. Em algum momento vamos perceber que há revistas demais, que uma parte do que hoje é

publicado em revista deveria ir talvez simplesmente para algum sistema de indexação, que pode até chamar revista, mas que não vai competir em termos de qualidade com as primeiras.

Obviamente, essa situação que eu descrevo é ruim, mas tem que ficar clara, as pessoas têm que perceber. É óbvio, em função disso, que, para o programa ser bem avaliado e para o docente ter acesso a financiamentos, desde a bolsa de pesquisa do CNPq até viagens etc., ele tem que ter uma certa produção e isso é avaliado. É justo que seja avaliado. Mas há uma competição que às vezes se torna desagradável e tem que ser limitada por outros fatores que não tornem o nosso mundo, falando hobbesianamente, uma guerra de todos contra todos.

Na avaliação da Capes, a gente introduziu em 2006, um critério importante. Na avaliação dos programas de doutorado, de mestrado e doutorado, você ia até a nota 5, nos de doutorado podia ir até a nota 7. Mas fizemos um corte pelo qual os critérios de 6 e 7 eram diferentes dos critérios de 1 a 5. Ou seja, um 5 maravilhoso não era automaticamente um 7. O melhor 5 poderia não chegar a 7, porque surgiram critérios novos. Um deles a gente chamou de índice de solidariedade ou de cooperação, era que um programa para ser 6 ou 7 tinha que ter uma cooperação com programas mais novos, mais mal avaliados no sentido de melhorar seu nível. E essa era uma trava importante contra a guerra de todos contra todos. Por exemplo, se um programa convidasse os melhores estrangeiros para dar seminários e trancasse as portas para ninguém de outros programas assistir, no método anterior esse programa competia para 7. No método novo, o 5 já estava bom demais para ele. Mesmo que ele estivesse, enfim, arrebatando a boca do balão: como era um programa egoísta, um programa apenas competitivo, ficava fora. Precisaríamos adotar instrumentos para



evitar essa competição deslavada que torna o convívio acadêmico muito ruim.

No caso específico de que estamos falando, nós precisaremos adotar critérios de avaliação um pouco mais focados. O Ricardo Lourenço, que era o estatístico da Capes, quando eu fui diretor, que deixou a Capes quando eu saí, o Ricardo tinha feito um estudo na avaliação de 2007, que envolvia cerca de quinze itens diferentes de avaliação, mostrando que sete ou talvez mesmo apenas cinco dos itens geravam praticamente quase 100% das notas. Ou seja, que mais da metade dos itens eram desnecessários para a avaliação final. Nosso objetivo na época era: como a avaliação pode ser feita de uma maneira justa e boa sem onerar tanto todo mundo. Um exemplo claro: se o teu programa é um programa 3, até mesmo a participação de alunos se apresentando em colóquios da SBPC, ou mesmo a simples assistência deles a um colóquio, pode entrar na avaliação. Se o programa é 5, supõe-se que tudo isso já foi realizado. Deixa de ser necessário para a avaliação, porque está suposto que o programa já passou por essas espécies de lições de casa para o começo do trabalho.

Uma avaliação que tenha toneladas de coisas, além de ser chatíssima para quem preenche os dados de coleta, acaba levando o comitê de avaliação a talvez se equivocar, talvez a dar mais importância ao detalhe do que à pintura inteira, olhar a árvore em vez da floresta. E aí entra, por exemplo, a questão do autoplágio que você menciona nas perguntas. O autoplágio é uma questão que está surgindo em toda parte. Agora, eu considero uma questão relativamente menor. Quer dizer, é difícil, em muitos casos, você não retomar o que já pensou, mesmo num novo artigo. Onde o autoplágio se torna realmente um problema é quando alguém submete dois artigos com

o mesmo conteúdo. Mas, pelo sistema de avaliação hoje existente, não é fácil publicar dois artigos de teor próximo em duas revistas *top*. A pessoa que fizer isso dificilmente vai emplacar dois artigos em dois veículos distintos A1, A2, talvez mesmo em B1. Não é tão difícil de detectar.

A bem da verdade, essa não é uma grande questão. De nossas questões cruciais tentei tratar antes. Essa é uma questão que afeta poucos. Na comissão de ética da USP, que presidi de 2016 e 2018, não demos muita atenção à questão do autoplágio. Plágio é outra coisa.

Você termina perguntando como vejo essa transformação na produção cultural em valor de troca. Essa é uma questão vaga, porque na verdade toda vez que se faz uma quantificação, se usa um equivalente universal, que é sinônimo da palavra moeda. Não se pode fazer avaliação sem transformar o qualitativo em quantitativo.

E o segredo de toda métrica, de toda avaliação é ser capaz de transformar qualidade em quantidade. Hoje sabemos que a luz, que é um exemplo de qualidade, pode ser quantificada, a diferença das cores pode ser traduzida em números. Da mesma forma, os trabalhos. O problema não está aí. O problema está em quando isso é exacerbado e quando se tenta fraude. Ou quando, em vez de a avaliação seguir a produção de qualidade, ela impõe seus critérios à produção - inibindo a qualidade que é própria à área. Aí está o problema.

\* **Renato Janine Ribeiro** é professor titular da cadeira de Ética e Filosofia política da Universidade de São Paulo, instituição em que concluiu também seu doutorado. Foi Diretor de Avaliação da Capes entre 2004 e 2008, e, em 2015, foi nomeado Ministro da Educação pela presidenta Dilma Rousseff. É autor de *Ao leitor sem medo - Hobbes escrevendo contra o seu tempo* (1999), *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil* (2000) e *A universidade e a vida atual* (2003), entre outros livros e artigos.